

ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO PROGRAMA REDE FARMÁCIA DE MINAS

Alice Daysy Vitor Viana¹
Letícia de Oliveira Carvalho¹
Renata Aparecida Fontes²
Grazielle Brandão Coelho³

professoragraziellebrandao@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

PALAVRAS-CHAVE: farmácia de minas; sistema único de saúde; assistência farmacêutica; assistência farmacêutica no SUS.

INTRODUÇÃO

Em 1990 foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS), que define o conjunto de ações e serviços de saúde, aos quais todos os indivíduos têm direito, podendo ser prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais, municipais e privadas, por meio de convênios (KELMER, 2018). De acordo com o documento do Ministério da saúde (BRASIL, 2018), a Assistência Farmacêutica constitui parte importante do SUS, pois é parte integrante da política de saúde. Esta envolve atividades de caráter multiprofissional e intersetorial, que objetivam a organização das ações e serviços ligados aos medicamentos e ao seu usuário. Uma área estratégica para o suporte às intervenções na promoção da saúde, prevenção e no tratamento de doenças. A Superintendência de Assistência Farmacêutica (SAF) desenvolveu em 2007, com o intuito de aperfeiçoamento da assistência farmacêutica no setor do SUS estadual, uma proposta de implantação da Rede Farmácia de Minas nos municípios do estado de Minas Gerais (RENAME, 2018). Podemos encontrar na Rede Farmácia de Minas todos os medicamentos considerados básicos e indispensáveis para atender à maioria dos problemas de saúde da população, que estão mencionados no Formulário Terapêutico Nacional, RENAME, além destes, encontra-se também os medicamentos de alto custo e que não constam na relação de medicamentos essenciais, tendo como objetivo disponibilizar medicamentos para o tratamento de doenças específicas. O acesso desses medicamentos está relacionado ao cumprimento dos critérios estabelecidos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) (MINAS GERAIS, 2016). Dessa forma, esta pesquisa tem o objetivo de discutir os principais aspectos da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

METODOLOGIA

¹ Acadêmicas do curso de Farmácia – Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

² Farmacêutica e Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFOP). Professora da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX - Matipó

³ Acadêmica do curso de Medicina, Farmacêutica e Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIVÉRTIX), Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFOP). Professora da Faculdade Vértice - UNIVÉRTIX – Matipó.

Este trabalho é uma revisão bibliográfica, realizada no primeiro semestre de 2021 por meio de busca ativa de artigos e trabalhos publicados em plataformas científicas Google acadêmico e Scielo tendo como descritores: farmácia de minas; sistema único de saúde; assistência farmacêutica; assistência farmacêutica no SUS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política pública de Assistência Farmacêutica no Brasil surgiu em 1971 com a criação da Central de Medicamentos (CEME). Na década de 1980, com a criação do SUS, a Assistência Farmacêutica passou a fazer parte dessa nova política, por meio do artigo 6º da Lei 8080/1990 (BRASIL, 2015). Com a Portaria nº.3916/1998 que estabeleceu a Política Nacional de Medicamentos (PNM) o espaço farmacêutico na saúde pública foi se fortalecendo. Mais tarde, para firmar esta consolidação, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução CNS nº. 338/2004, definindo assim a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) no Brasil (GUERRA JUNIOR, 2013). Nessa resolução, a Assistência Farmacêutica ficou definida como um elenco de ações com a finalidade de promover, garantir e resgatar a saúde, individual ou coletiva. Com o objetivo de avançar na questão da prestação de serviços farmacêuticos qualificados no atendimento à população, a Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), sob a coordenação da Superintendência de Assistência Farmacêutica (SAF), implantou, em 2008, o Programa Rede Farmácia de Minas (MINAS GERAIS, 2017). Um dos resultados esperados deste programa é o reconhecimento de suas unidades como estabelecimento de saúde e referência de prestação de serviços farmacêuticos. A saúde pública no Brasil é um direito de todos perante a legislação, contudo, isso na maioria das vezes não ocorre (BRASIL, 2018). O paciente tem direito a todos os serviços incluídos na rede pública além da Assistência Farmacêutica no SUS, que é de suma importância, atendimento humanizado aos usuários com dispensação gratuita de medicamentos (RENAME, 2021). Os farmacêuticos que atuantes nesta área, são responsáveis por todas as etapas do ciclo da assistência farmacêutica, seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, controle de qualidade e utilização, que compreende a prescrição e dispensação correta dos medicamentos (KELMER, 2018). Além disso, para que o paciente receba todas as orientações da administração correta, segura e racional do seu tratamento, garantindo que os medicamentos e formas farmacêuticas proporcionem o melhor resultado terapêutico, são vistos como uma das grandes forças para a promoção da saúde e também para o gerenciamento sustentável do sistema (MINAS GERAIS, 2016). Para que facilite a atuação do farmacêutico, o programa da Farmácia de Minas é dividido em três componentes, o Básico, que são medicamentos e insumos essenciais, o Estratégico, medicamentos para assistência integral à saúde, e o Especializado (alto custo), medicamentos para tratamento de doenças endêmicas e epidêmicas. Podemos encontrar todos os medicamentos indispensáveis para atender à maioria dos problemas de saúde da população, que estão mencionados no Formulário Terapêutico Nacional, RENAME (RENAME, 2018). É utilizada pela gestão da Rede o Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica (SIGAF), e através desse sistema são feitas as atividades contida à solicitação do acesso aos medicamentos, o que

favorece a permanente disponibilidade dos produtos segundo as carências da população, identificadas com base em critérios epidemiológicos (MINAS GERAIS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da gestão farmacêutica, ao analisarmos a atual situação podemos considerar que ao decorrer dos anos houve avanços favoráveis e marcos na prática da Assistência Farmacêutica. Além de contar com a presença de um profissional farmacêutico, o Programa Rede Farmácia de Minas conseguiu, finalmente, garantir a presença desse profissional nas farmácias municipais do SUS, pois apesar dessa presença já estar prevista em lei, nem sempre era viabilizada. O incentivo financeiro do Estado de Minas Gerais também veio para garantir a permanência desse profissional nos municípios contemplados pela Rede, principalmente nos municípios pequenos foi um avanço enorme para esta política. Sendo assim, ao final da análise é possível percebermos uma evolução significativa da Assistência Farmacêutica no SUS, onde o profissional farmacêutico torna-se peça chave para a priorização de um ciclo farmacêutico adequado, além de priorizar a economia e contemplação de produtos, e assim, toda a população terá acesso à uma saúde de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME, 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumo Estratégicos.** - 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Capacitação para implantação dos serviços de clínica farmacêutica.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

GUERRA JÚNIOR, A.A.; ACÚRCIO, F. A. Política de medicamentos e assistência farmacêutica. In: Acurcio F.A. (org.) **Medicamentos: Políticas, Assistência Farmacêutica, Farmacoepidemiologia e Farmacoeconomia.** 1 ed. Belo Horizonte, MG: Coopmed; 2013. p. 13-74.

KELMER, Tamiris Fazza. Medicamentos dispensados pelo SUS em Juiz de Fora, MG. Monografia. Bacharelado em Farmácia. Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2018.

MINAS GERAIS. Rede Farmácia De Minas. Secretaria de Estado de Saúde. Uma estratégia para qualificar o acesso aos medicamentos no SUS. SIGAF. **O processo de programação e gestão de estoque na atenção básica.** – Belo Horizonte, MG. 2017a.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Saúde. Superintendência de Assistência Farmacêutica, Rede Farmácia de Minas – **Plano Estadual de Estruturação da Rede de Assistência Farmacêutica: uma estratégia para aplicar o acesso e o uso racional de medicamentos no SUS.** – Belo Horizonte, 2016 a. 87p.

RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS: Rename 2018 / Ministério da saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME, 2018 / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumo Estratégicos.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS: Rename 2021 / Ministério da saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME, 2020 / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumo Estratégicos.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.